

**Gaudêncio Frigotto e
Maria Ciavatta (orgs.)**

**TEORIA E
EDUCAÇÃO NO
LABIRINTO DO
CAPITAL**

**Francisco de Oliveira
Ciro Flamarion Cardoso
Leandro Konder
Virgínia Fontes
Muniz Sodré
Sonia Kramer
Luis Antonio Baptista**

 **EDITORA
VOZES**

Este livro é produto de uma pluralidade, não eclética, de olhares que buscam apreender a produção do conhecimento como um desafio que se coloca em cada tema pesquisado. Mais do que resolver problemas, pretende instigar a reflexão. Deseja-se que ele permaneça com as dúvidas que possa suscitar, à semelhança de uma narrativa, como diz Benjamin, opondo-se à fragmentação da informação que “só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo quer se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver”. A questão de fundo, que coloca a necessidade do debate e aprofundamento de referenciais, não é apenas e sobretudo de ordem científica, mas de ordem ético-política e prática. Trata-se de perguntar como nossos referenciais analíticos nos ajudam a interpretar, no tempo em que vivemos, a materialidade histórica dos processos violentos de exclusão e mutilação humana pelo “sistema capital” mundializado e, sobretudo, como nos fornecem instrumentos para a ação na construção de formas sociais alternativas.

www.vozes.com.br



**EDITORA
VOZES**

Uma vida pelo bom livro

E-mail: vendas@vozes.com.br

ISBN 85.326.2524-X



9 788532 625243

**TEORIA E EDUCAÇÃO
NO LABIRINTO DO CAPITAL**



EDITORA VOZES

*Gaudêncio Frigotto (org.)
Maria Ciavatta (org.)
Francisco de Oliveira
Ciro Flamarion Cardoso
Leandro Konder
Virgínia Fontes
Muniz Sodré
Sonia Kramer
Luis Antonio Baptista*

TEORIA E EDUCAÇÃO NO LABIRINTO DO CAPITAL

Profa Lia Tiriba
Universidade Federal Fluminense
Faculdade de Educação
Matr. 00389810

 EDITORA
VOZES

Petrópolis
2001

Sumário

Prefácio (Hugo Zemelman), 7

Apresentação

(Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta), 11

Parte I: A crise do capital e a crise ético-política – Globalização e exclusão social

1. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos (Gaudêncio Frigotto), 21
2. A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática (Francisco de Oliveira), 47

Parte II: A crise da razão e a pós-modernidade – Cultura, história e ideologia

3. Epistemologia pós-moderna: a visão de um historiador (Ciro Flamarion Cardoso), 75
4. Limites e possibilidades de Marx e sua dialética para a leitura crítica da história neste início de século (Leandro Konder), 91
5. História e verdade (Virgínia Fontes), 107
6. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações (Maria Ciavatta), 121
7. Identidade, cultura e globalização (Muniz Sodré), 145
8. Linguagem e história – O papel da narrativa e da escrita na constituição de sujeitos sociais (Sonia Kramer), 157
9. Cidades, lugares, sujeitos: contribuições da literatura e da política (Luis Antonio Baptista), 180

dos trabalhos rurais). Embora nenhuma dessas atividades tivesse conscientemente como objetivo a construção do capitalismo – nem o poderiam, pois significaria adivinhar o futuro –, a coexistência entre os dois processos permitiu o surgimento do assalariamento (ou a subordinação do trabalho ao capital).

Assim, embora o processo de formação do capitalismo tenha experimentado variações importantes de uma região a outra; embora pessoas ou grupos sociais, tomados isoladamente, tenham vivido esse processo segundo formas de pensar distintas (inclusive através do protestantismo – Marx inclusive assinala a proximidade deste com as formas de acumulação capitalistas); embora se possa analisar o fenômeno sob diversos ângulos – político, jurídico, psicológico, costumes, crenças, etc. –, ele é passível, para Marx, de explicação. Para tanto, é necessário identificar os processos sociais que, independentemente da forma pela qual cada indivíduo ou grupo social os vivenciou, constituem não apenas suas condições efetivas, mas permitem explicar sua articulação com os demais ângulos de leitura.

Há, assim, para Marx, um princípio de verdade – explicativo – para os fenômenos históricos. Não obstante, esse princípio não poderia esgotar – nem teria cabimento numa explicação – todas as variações de processos de mesmo tipo.

* * *

À guisa de conclusão, os historiadores não podem nunca abrir mão da tensão trazida pela discussão sobre a verdade. Se não devemos nos iludir com a tentação do absoluto – risco político e cognitivo –, podemos construir uma verdade em processo. Considerar a verdade como processo é admitir que tendemos a ela, mas que ela jamais será terminada. Significa também admitir que o contraditório exige discussão e debate, e não imposição unilateral.

Os regimes políticos da verdade expressam as verdades possíveis. Numa sociedade onde impera a desigualdade e, pior, onde não cessa de se aprofundar, haverá muitas verdades convenientes ao poder, outras nem tanto, outras ainda o desagradarão. Mas não podemos esquecer que a recíproca também é verdadeira: não basta estar contra o poder para deter a verdade... ou esgotá-la.

O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações*

· Maria Ciavatta**

Ninguém diria que uma pista de aterrissagem no meio da floresta é um filtro que impede o etnólogo de chegar ao seu ponto; dir-se-ia ao contrário, que, sem essa pista, ele jamais poderia entrar em contato com aqueles a quem estuda (Bruno Latour).

Introdução

Quando nos dispusemos a tomar a relação educação e trabalho como objeto de estudo, o primeiro problema que se colocou foi como definir conceitualmente essa relação e como delimitar nosso objeto de estudo, considerando-se que, no bojo dessa relação nominal entre dois termos, trabalho e educação, está um universo complexo de múltiplas relações sociais. Qual a racionalidade que preside e dá forma à introdução do trabalho na atividade educativa? Como aprendê-la? A tentativa de sua reconstrução histórica obrigou-nos ao processo complexo de ir das determinações mais gerais do trabalho e da educação à singularidade dos fatos empíricos e, destes, voltar ao geral, apreendendo-os nas suas mediações específicas, na sua particularidade histórica: duração, espaço e movimento da realidade sob a ação cotidiana dos homens.

O objetivo deste trabalho é discutir os conceitos de mediação e particularidade e seu uso na pesquisa social. Eles foram elaborados para o estudo de processos educacionais que contemplam a atividade laboral como um de seus elementos formativos, mas sua pertinência estende-se aos demais fenômenos sociais. Nesta abordagem, a questão metodológica da construção do objeto científico implica a questão epistemológica da reconstrução histórica ou de como logramos nos aproximar da realidade. Implica também a compreensão de que o método não se separa da construção de seu objeto; ao contrário, é ele que o constitui.

* Esta reflexão é parte do estudo das mediações históricas que temos desenvolvido na área de pesquisa Trabalho e Educação, no Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE), do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal Fluminense. O texto foi preparado, originalmente, para o “Seminário de Teoria y Método de las Ciencias Sociales y Humanidades”, dos Círculos de Reflexión en Ciencias Sociales y Humanidades, realizado em El Colegio de México, México, DF, de 25 a 29 de maio de 1998.

** Professora titular de Trabalho e Educação da Universidade Federal Fluminense.

No primeiro momento, tratamos da questão epistemológica da reconstrução histórica na construção do objeto. A seguir, discutimos os conceitos de mediação e de particularidade, de modo a contribuir para que se avance na compreensão da realidade subjacente ao tema trabalho e educação.

A reconstrução histórica do conhecimento

A aproximação com a realidade e seu reconhecimento como um saber tem gerado diferentes lógicas de construção do conhecimento. Historicamente, os pensadores dedicaram-se a tentar explicar o que é a realidade, como o ser humano acolhe e incorpora em si a realidade, como o sujeito que conhece alcança o objeto que se dá a conhecer.

Tantos quanto as visões de mundo e de realidade são os caminhos delineados ou estabelecidos para se chegar à “verdade”, para desnudar o objeto na sua interioridade, na sua natureza, no seu desenvolvimento e nas suas relações. Em geral, na produção do conhecimento reconhecido como científico, aceita-se que a explicitação do método e o rigor na sua aplicação conferem ao conhecimento obtido a qualidade de científico ou de verdadeiro. No entanto, o próprio alargamento das fronteiras da ciência e das novas formas do ser humano se relacionar com o mundo tem trazido à luz a complexidade do conhecimento dito verdadeiro e os múltiplos saberes de que é portadora a humanidade na sua história milenar e, em grande parte, desconhecida. Em outros termos, felizmente, o mundo ainda está cheio de mistérios e todos os dogmas estão em exame.

Uma primeira questão diz respeito à aceitação de certos princípios fundadores da própria concepção do conhecimento. É o caso das idéias preexistentes de Platão, dos princípios aristotélico-tomistas, do *cogito, ergo sum* de Descartes, das categorias *a priori* de Kant. No ponto extremo da recusa a toda visão sistêmica, aos seus princípios e a todo dogmatismo, mas podendo chegar ao relativismo de todas as formas de conhecimento, estão as idéias do chamado pensamento pós-moderno. Fazendo a crítica desta corrente de idéias, Terry Eagleton (1997) imagina um mundo que seria futuro, mas que já é presente, onde estão sob suspeita as normas iluministas e as noções clássicas de verdade, razão, identidade, objetividade, a idéia de progresso universal ou de emancipação e os grandes sistemas explicativos. Uma nova concepção de mundo considera-o contingente, inexplicado, diverso, instável, indeterminado, um conjunto de culturas desunidas e de interpretações variadas, gerando um certo grau de ceticismo sobre a objetividade da verdade, a história, as normas, os dados da natureza e a coerência das identidades (p. 11).

No entanto, este núcleo de negativas onde se insere a metáfora do “fim da história”, é ele próprio, produto histórico de mudanças materiais e simbólicas, de modo especial no Ocidente, rumo a uma nova forma de capitalismo, marcado pelo efêmero e o descartável, pela sedução da imagem e o paroxismo da velocidade, pelo consumismo, pela indústria cultural, financeira, de serviços e de informação, pela presença das tec-

nologias em todas as formas de sociabilidade, inclusive no cotidiano dos setores mais pobres, tradicionais ou atrasados em relação ao padrão hegemônico.

Quando falamos em aproximação da realidade através da reconstrução histórica, duas questões preliminares estão postas: primeiro, recusamos, nós também, todo dogmatismo e as concepções evolucionistas da história; segundo, recusamos toda visão cética e fragmentada do mundo e o relativismo como ponto de partida. Aos sistemas explicativos fechados ou funcionais, a uma visão fragmentada da realidade propomos a busca das articulações que explicam os nexos e significados do real e levam à construção de totalidades sociais, relativas a determinados objetos de estudo.

Neste sentido, a totalidade social construída não é uma racionalização ou modelo explicativo, mas um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação de sujeitos sociais¹. Não sendo apenas uma concepção mental, o conceito de totalidade social tem um referente histórico, material, social, moral ou afetivo, de acordo com as relações que constituem determinada totalidade. Conseqüentemente, as totalidades são tão heterogêneas e tão diversificadas quanto os aspectos da realidade.

A compreensão do termo totalidade esbarra em várias distorções. Uma é sua aproximação semântica com totalitarismo, de esquerda ou de direita, evocado, justamente, como um cerceamento absoluto à dignidade humana. Outra dificuldade é a compreensão equivocada de que totalidade tem o sentido de tudo, o que inviabiliza um processo sério de conhecimento. No sentido marxiano, a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem. A dialética da totalidade (Kosik, 1976) é uma teoria da realidade onde seres humanos e objetos existem em situação de relação, e nunca isolados, como alguns processos analíticos podem fazer crer. Neste sentido, a dialética da totalidade é um princípio epistemológico e um método de produção do conhecimento. Estudar um objeto é concebê-lo na totalidade de relações que o determinam, sejam elas de nível econômico, social, cultural, etc.

A esta lógica de construção do objeto científico denominamos lógica da reconstrução histórica. Ela pretende ser uma lógica sociocultural que supere a lógica economicista, a lógica pós-moderna e outras abordagens que buscam ignorar a história como produção econômica e cultural da existência humana. Nesta concepção, o objeto singular é visto a partir de sua gênese nos processos sociais mais amplos, o que significa compreender a história como processo; e reconstruí-lo a partir de uma determinada realidade que é sempre complexa, aberta às transformações sob a ação dos sujeitos sociais, o que significa utilizar a história como método.

1. Para Eagleton, o descrédito teórico da idéia de totalidade é esperado em uma época de derrota política da esquerda, como a que se viveu a partir dos anos 90, após da *débaçle* do comunismo. Neste sentido, a negativa da totalidade pode ser mais uma posição estratégica de natureza política do que uma elaboração teórica, e está ligada à perda do sentido da atividade política (*op. cit.*, p. 29-32).

Mas compreender a história como processo não é apenas uma questão acadêmica ou científica, mas também política, como é a própria questão do conhecimento e da ciência. A concepção tradicional de história, desde os antigos gregos, tratava apenas de fatos e acontecimentos singulares, únicos e irrepetíveis. Ficavam excluídos do conhecimento histórico objetos gerais como leis, relações, determinações abstratas ou universais. Privilegiava-se a individualidade, e essa era a dos indivíduos singulares, poderosos, era a história dos grandes feitos e dos homens ilustres, e dela ficavam excluídos todos os outros sujeitos sociais. Em outras concepções, como o historicismo clássico, a análise histórica estava profundamente ligada a explicações racionais ou mistificadoras, como a história guiada pela Providência, pelo elemento religioso, por “uma mão invisível”, “pela astúcia da razão”, “pelo desígnio da natureza”. Seria nesta realidade racional que as ações humanas ganhariam sentido e racionalidade. Outros, como os positivistas, mais próximos da história tradicional, preocupavam-se com os aspectos político-institucionais e com o mundo das idéias, o que os impedia de ter uma visão mais global das sociedades e de suas transformações (Cardoso, 1981).

A história dos povos mostra que as diferentes concepções e os diferentes relatos que constituem sua história têm, implícita ou explicitamente, posições político-ideológicas de exaltação, de defesa ou de condenação a homens, ações e acontecimentos, atos esses que não estão confinados ao passado. Isto porque os relatos não são apenas narrativas cronológicas ou lineares, histórias objetivas ou versões subjetivas do passado. São descrições, são notícias, são informações e explicações que relacionam uma coisa a outra, um momento a outro, um pensar e um agir a outro. São discursos puros de elementos de ação que se projetam do passado para o presente e instauram formas de ser do passado no presente, em direção ao futuro (Franco, 1990).

É Marx quem vai explicitar os elementos políticos e ideológicos da história ao concebê-la como o processo da vida real dos homens e como a ciência desse processo, como o conhecimento de uma matéria e como matéria desse conhecimento, ou ainda, a história como processo vivido, a história como objeto e como método de conhecimento. O estudo de como Marx chegou à história mostra um processo demorado, onde a construção da história e a elaboração de uma concepção da história vão tomando forma ao longo da vida, desde a juventude, de modo que o conhecimento e a luta política vão definindo uma nova forma de interpretar os fatos, em um processo reflexivo sobre a realidade do conhecimento e das relações vividas pelos homens de seu tempo (Vilar, 1987).

Uma outra questão de base na compreensão das formas de aproximação da realidade é a interpretação da relação sujeito-objeto. Este é um problema que tem origem na filosofia e tem uma vasta literatura, constituindo, de acordo com as diversas correntes e tendências, o campo da teoria do conhecimento. Não se trata de um problema estritamente filosófico e, sim, de uma questão gnoseológica que se coloca para todas as ciências e, particularmente, para as ciências sociais, onde o homem é o sujeito que investiga e ele é o próprio objeto de estudo.

Três são as posições fundamentais para se conceber a relação sujeito-objeto (Schaff, 1978: 72s). Elas dizem respeito ao sujeito que conhece, ao objeto de conhecimento e ao conhecimento como produto do processo cognitivo, que é uma interação específica entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Historicamente, sinalizam a ruptura com a filosofia da história e o nascimento das ciências sociais no final do século XIX, quando, pela visão positivista, o homem deixa de ser sujeito, consciência e produtor da história para tornar-se objeto.

A filosofia refletia sobre o sujeito, que tem uma consciência racional, livre, autônoma, produtora de sentido sobre os objetos. As ciências humanas e sociais nascentes (Marx, Dilthey, Durkheim) desenvolvem uma forma diferente de ver as relações entre as condições externas, objetivas e a consciência humana. “O novo objeto-homem, abordado pelo novo saber das ciências sociais, é empírico, observável, repetitivo, quantificável, regular, submetido a condições objetivas, limitadoras de sua vontade e independentes de sua intencionalidade” (Reis, 2000, p. 40-1).

A primeira concepção privilegia a atuação do objeto sobre o sujeito, cujo aparelho perceptivo é receptivo, passivo, contemplativo. O produto desse processo é o conhecimento, que seria o reflexo, a cópia do objeto. No limite da interpretação, é a construção mecanicista da teoria do reflexo. Associa-se a ela a definição clássica de verdade, segundo a qual um juízo é verdadeiro quando sua formulação está conforme ao seu objeto. Esta concepção está subjacente à concepção positivista de história, que vê na descrição empírica dos fatos o conhecimento objetivo, de acordo com a realidade.

Na segunda posição, concebe-se o predomínio do sujeito que conhece. O sujeito que percebe o objeto e produz o conhecimento é o elemento predominante ou exclusivo do processo cognitivo. Seu elemento positivo é o reconhecimento do papel ativo do sujeito. Nas suas formas estritas, esta concepção conduz ao subjetivismo, ao idealismo e ao relativismo presentes nos pensadores historicistas. Para estes “críticos da razão histórica”, a consciência não é um epifenômeno, não está ausente dos fenômenos estudados, mas não está inteiramente submetida às condições objetivas. Recusam o discurso especulativo da filosofia da história e teorizam sobre a consciência que se reconhece condicionada e relativa (Reis, *op. cit.*).

Uma terceira posição tenta superar o predomínio do sujeito ou do objeto, pela ênfase na relação que se estabelece entre os dois. Para Kosik, a história humana constitui o desdobramento das possibilidades do homem no tempo (1978: 217-8). O conhecimento não seria apenas o registro do objeto por um sujeito passivo, embora seja “submetido a diversos condicionamentos, em particular, às determinações sociais, que introduzem no conhecimento uma visão de realidade socialmente transmitida” (Schaff, *op. cit.*: 75). O homem, sujeito e objeto na produção do conhecimento, não é um indivíduo isolado, mas um sujeito social que realiza a história e nela se realiza. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. [...] Desde que se apresente este processo ativo de vida, a história deixa de ser uma co-

leção de fatos mortos, como para os empiristas abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas” (Marx, 1979: 37-8)².

Tempo e espaço são categorias fundamentais na localização dos fenômenos e implicam uma nova forma de periodização. Zemelman fala no trabalho analítico aberto a novas determinações que emergem dos fatos e permitem o reexame da teoria utilizada, que não cabem em modelos, nem têm datas e limites rígidos (1987). Periodizar não significa simplesmente datar. Periodizar é, também, dividir a história em termos de conteúdos, do resgate dos acontecimentos considerados relevantes e significativos (Odália, 1965). Uma porção de tempo não é apenas uma ordenação arbitrária, é uma determinada porção da história.

Analisando a inovação em história, Reis (*op. cit.*) considera que o fundamental é a representação do tempo histórico, o registro de uma certa temporalidade. A poesia épica de Homero e a filosofia que nasceu no século V aC não tratavam de eventos particulares ou de personagens autênticos. No lugar dos eventos, punham categorias, no lugar dos personagens reais, punham arquétipos. A poesia épica produzia uma lembrança mítica, exemplar, atemporal. As ações humanas eram modelos, os heróis eram tipos. O mito mantém-se na origem, antes do tempo, no eterno, “no presente intenso do tempo sagrado do ritual”.

Para o filósofo grego, somente o permanente era cognoscível. A filosofia não tratava do efêmero, do transitório, mas das idéias e dos princípios gerais, dos universais, dos movimentos regulares, objeto da *epistème*, e a teoria era um discurso racional sobre o atemporal. Quanto à história, estava no mundo do efêmero, das ambições e das paixões, do qual a filosofia deveria libertar os homens. Os historiadores produziam a *doxa*, as opiniões. Mas Heródoto representa a inovação, ao tratar das ações dos homens no tempo, em sua vida pública e privada, com seus valores e experiências, finitude e historicidade (p. 10-2).

Não obstante, a história tradicional, factual, trabalha com a idéia de tempo na sua suposta linearidade. A idéia da uniformidade do tempo dominou largamente a história no estabelecimento da seqüência temporal dos acontecimentos, na periodização. Ainda hoje, esta é a noção que domina a percepção imediata no tempo do senso comum, tão bem apropriada pela civilização industrial em máximas como “tempo é ouro”, “tempo é dinheiro”, isto é, um tempo reificado que se torna coisas.

É a idéia do tempo como algo objetivo, que existe por si mesmo, um tempo tanto dos corpos em movimento quanto dos corpos em repouso. Esta é uma contribuição de Aristóteles que, posteriormente, vinculou o conceito de tempo não apenas ao deslocamento dos corpos, mas, também, a mudanças qualitativas das coisas. Para Ze-

2. A partir sobretudo da segunda metade do século XX, a psicanálise desenvolvida após Freud, o estruturalismo (a lingüística, a antropologia, a psicologia), a semiótica (Lévi-Strauss, Roland Barthes) concentraram seus estudos nos múltiplos sistemas de signos e de significação. Dão especial relevo às formas discursivas como constituintes da realidade à qual os indivíduos têm acesso, o que tira de foco o homem como sujeito ativo, constituído e constituinte na relação com o mundo exterior.

melman, esta seria uma contribuição importante, considerando que a principal dificuldade que existiria no conhecimento das ciências sociais é pensar a natureza qualitativa dos fenômenos.

A concepção de Newton de um tempo “absoluto”, que existiria em si e por si mesmo, como duração pura, independente dos objetos materiais e dos acontecimentos, excluía a noção de espaço. O tempo seria uma substância especial, imutável, “autodeterminada, ontologicamente independente da matéria, de estrutura uniforme em todo o universo [...]”. Esta concepção, como parte da mecânica newtoniana, marcou a ciência e os debates filosóficos durante mais de dois séculos, desde fins do século XVII até o século XIX. Somente no início do século XX ela veio a ser contestada pela teoria da relatividade, exposta por Einstein entre 1905 e 1916, juntamente com o surgimento da mecânica quântica (1900) e o enorme progresso dos estudos sobre a estrutura do átomo. Estabelece-se, a partir daí, a inexistência de um tempo e espaço absolutos, que pudessem ser objeto de medidas absolutas. Muda a concepção do real, que a partir da noção de um contínuo espaço-temporal, passa a ser concebido em quatro dimensões: altura, largura, profundidade e tempo (Cardoso, 1978).

Este fato vem mostrar que a questão do tempo, na sua concepção básica, não pode mais ser concebida como uma realidade diferente para cientistas, filósofos e historiadores. Mas a forma de utilizar a dimensão temporal ou espaço-temporal na construção do objeto científico guarda alguma especificidade mesmo entre os historiadores. Para Sérgio Bagú, são três as dimensões do tempo ou as formas de organização do tempo nas sociedades humanas: o tempo organizado como seqüência ou o percurso do tempo; o tempo organizado como raio de operações ou o espaço; e o tempo organizado como velocidade de mudanças, como riqueza de combinações ou intensidade (1988).

Para Reis (*op. cit.*), a criação da *École des Annales* e o desenvolvimento das diversas posições dos historiadores a ela vinculados mostram a importância da representação do tempo histórico na renovação da história e na sua aproximação com as ciências sociais no início do século XX. Os *Annales* representariam uma renovação teórico-metodológica e “utópica” em relação à história tradicional porque teriam produzido sob a influência das ciências sociais uma nova representação do tempo histórico.

Inicialmente, a principal proposta do programa dos *Annales* foi a interdisciplinaridade, que seria incompatível com a temporalidade da história tradicional, que privilegiava o acontecimento único e singular, o irrepetível, e uma visão linear e progressista. Mantendo o projeto inaugural de Heródoto, de “conhecer as mudanças no tempo”, a aproximação e colaboração com as ciências sociais a partir de uma outra temporalidade. O tempo das ciências sociais é um tempo que enfatiza a simultaneidade, a interdependência entre os eventos humanos. É um tempo anônimo, objetivo, quantitativo, coletivo, endurecido, apto a submeter o mundo dos homens a uma lógica matemática.

As ciências sociais surgiram contra a aceleração do tempo produzida pela mudança revolucionária, contra o sacrifício do presente pela implantação do futuro. Seu objetivo é dominar o evento que representa a mudança, a instabilidade do tempo hu-

mano. Os eventos são integrados na estrutura social como elementos. A análise estrutural da sociedade recupera a inspiração mitológica do tempo abolido em um eterno presente. Com o conceito de estrutura social, as ciências sociais quiseram submeter a sociedade à representação do tempo da física e da matemática, buscando regularidades, estabilidades, homogeneidade, quantidade, permanência. Os movimentos estruturais seriam os movimentos “naturais” das sociedades. É um pensamento anti-histórico, próximo da exigência grega do “conhecimento universal” como critério epistêmico – é o tempo histórico da linguística, da sociologia, da antropologia, da demografia, da geografia humana, da economia.

O conceito de “longa duração” de Braudel, sua concepção dos tempos múltiplos, teria se inspirado no conceito de estrutura social das ciências sociais, mas também se diferencia dele. A longa duração se aproxima da estrutura atemporal das ciências sociais mas, na perspectiva da longa duração e dos tempos múltiplos, o tempo histórico é representado como “dialética da duração”. Os *Annales* estruturam a mudança, mas não a suprimem, ela é preservada como dialética da duração. Se as mudanças humanas parecem endurecer, tornam-se comparáveis aos movimentos naturais, cíclicos, os eventos estão inseridos em uma ordem não sucessiva, simultânea, em transformação (p. 15-8).

Braudel fala da história, do tempo da história que tem, basicamente, três níveis temporais: a curta duração dos acontecimentos; a média duração da conjuntura (por sua vez, com múltiplos tempos e ritmos); a longa duração das estruturas, além da longuíssima duração da geoistória: “A duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que são não só substância do passado, mas também a matéria da vida social [...]”. O autor confirma aquilo que Reis interpreta como preocupação interdisciplinar, a busca da aproximação com outras ciências sociais: “[...] torna-se indispensável uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social para uma metodologia comum das ciências do homem” (Braudel, 1982: 9 e 21).

Destacamos até aqui os aspectos epistemológicos da reconstrução histórica do conhecimento. Concebemos a realidade não como um sistema estruturado em si mesmo, mas como uma totalidade histórica, socialmente construída. É a realidade na dinâmica de seus processos, nas suas leis mais íntimas, que revela, sob a aparência dos fenômenos, as conexões internas e necessárias. Totalidade não significa todos os fatos, e todos os fatos reunidos não constituem uma totalidade. O conhecimento dos fatos isolados, mesmo quantificados, é insuficiente para explicar o todo. Para Bornheim, “o conceito de totalidade, tomado em si mesmo, destituído de suas dimensões processuais, apresenta uma alçada puramente formal, e quando aplicado à realidade torna-a formal e abstrata” (1983: 310). O sujeito que produz o conhecimento interage com o objeto de estudo em um tempo e espaço determinados, que participam das dimensões múltiplas da temporalidade social.

Do ponto de vista metodológico, como apreender o real nas suas múltiplas faces, na sua complexidade? Esta é uma pergunta que volta a todo instante como parte da

preocupação de não se dar por esgotada a realidade no objeto singular. Mas, também, cabe perguntar como não se perder num universo indefinido e confuso sob o argumento da busca da totalidade social de um fenômeno? O exame do papel mediador dos processos sociais, articulados em uma determinada totalidade, é um primeiro passo no esforço de distinguir certas parcelas do real nas suas múltiplas determinações. Quer nos parecer que a categoria da particularidade é um segundo passo nessa direção. É um segundo esforço no sentido da historicização dos fenômenos.

A questão teórico-metodológica das mediações

A metodologia tende a reduzir-se a técnicas de investigação. Cada vez mais o círculo metodológico tende a empobrecer-se pelo desconhecimento dos grandes problemas epistemológicos que foram surgindo ao longo da história. Isto porque assume-se que o importante não é o sujeito que investiga, mas como investiga. E não é assim, o pesquisador deve ser capaz de situar-se em um contexto concreto para pensar o desconhecido ou para recolher, sistematizar, analisar, extrair das informações um conhecimento que não estava dado. Porque o conhecimento se origina fora da ciência e não dentro dela, “pode ter origem insólita que não é, necessariamente, a acumulação do conhecimento”. Podemos colocar um problema quando sabemos reconhecê-lo em torno. Por isso, metodologia não é uma pauta de instruções, é a capacidade organizada de pensar a realidade no seu momento histórico. Se não somos capazes de pensar a realidade, não saberemos fazer perguntas significativas (Zemelman, 1994).

Uma outra dificuldade é a concepção fragmentada da realidade presente em todas as áreas do conhecimento, desde o pensamento filosófico até a comunicação. Latour (1998), em um breve ensaio sobre os filtros da realidade, destaca a separação entre mente e matéria, que domina a reflexão sobre o conhecimento. Sua argumentação centra-se sobre o que considera “uma certa metáfora ótica”, segundo a qual entre o cientista e o objeto se interporiam filtros diversos, conceitos, representações, paradigmas.

A partir desta idéia, duas alternativas se colocam na construção do objeto científico. Pela primeira delas, tenta-se apreender o mundo da maneira mais direta possível, “sem filtros, sem tendenciosidades, sem prejuízos”; pela segunda alternativa, é necessário sempre admitir a presença de filtros, de categorias, de meios de aproximação entre o espírito humano e a matéria (p. 15).

Dentro da primeira opção estão as concepções empírico-positivistas, a busca da neutralidade, da isenção política, da objetividade do conhecimento, da suposta ausência de um sujeito ativo. Também está presente a idéia pós-moderna da desconstrução do moderno (os conceitos de progresso e de secularização, a questão do sujeito, do idealismo e do iluminismo), a visão estetizada da realidade, a primazia do significante sobre o significado, a história como um estilo de narrativa, a eliminação da política. São concepções que se apóiam nos fragmentos de um mundo a ser emancipado de todas as metafísicas.

Dentro da segunda opção, com a presença dos filtros, das categorias, dos conceitos e representações que se interpõem na aproximação com o real, a atividade científica

ca está sempre cerceada, e passa-se do relativismo sobre o que é possível conhecer (as categorias *a priori* de Kant) ao ceticismo extremo, segundo o qual o conhecimento do real é impossível à razão humana (a filosofia grega de Pirro de Élide). Retomado pelos humanistas renascentistas como uma forma de questionar o dogmatismo da filosofia escolástica, o ceticismo confunde-se com o relativismo pela suspensão do juízo (como a dúvida cartesiana) e permeia toda a filosofia contemporânea. Na história, Dilthey, historiador alemão, seria seu mais angustiado representante. Ele identifica uma profunda contradição no conhecimento social. De um lado, aspira-se à objetividade; mas, por outro, está sendo vinculado a uma visão particular de mundo, o que é uma forma limitada, parcial de conhecer a realidade.

Para se obter algum tipo de certeza no conhecimento, Latour (*op. cit.*) propõe a inversão da metáfora da ótica dos filtros, fazendo com que os intermediários não sejam considerados véus de ocultação da realidade para se tornarem os meios, os “mediadores” que nos põem em contato com os objetos.

Esta reflexão, de uma parte, sinaliza corretamente a importância dos meios, dos demais objetos para alcançar determinado conhecimento. De outra parte, aparentemente, simplifica o seu papel mediador ao concebê-los como meios. Tentaremos avançar nesta reflexão valendo-nos dos conceitos de aparência e essência, para chegar ao conceito de mediação.

Nosso contato imediato com a realidade é com sua aparência, com o que se mostra à vista, as qualidades exteriores ou o que se constitui em representação de um objeto. Para Kosik (*op. cit.*), para chegar à “coisa em si” é preciso fazer um certo *détour*. “Por este motivo, o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa”, o que não significa distinguir duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, “mas especialmente e sobretudo, duas qualidades da práxis humana”, porque o ser humano não é “um abstrato sujeito cognoscente”, mas um indivíduo histórico que age objetiva e praticamente.

Ao mundo dos fenômenos externos, que revelam a superfície dos processos, a práxis fetichizada e o mundo das representações, que não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens, o autor chama de “mundo da pseudoconcreticidade”, que é o mundo “claro-escuro de verdade e engano”. Seu elemento próprio é o duplo sentido, porque o fenômeno indica a essência, mas também a esconde. A essência, que não se dá imediatamente à compreensão, é mediata ao fenômeno. Embora a realidade seja a unidade da essência e aparência, a essência se manifesta em algo diferente do que é. Neste sentido, conhecer um objeto é revelar sua estrutura social. Esta é a via de construção do conceito de objeto (p. 11-23)³.

3. É importante notar que tanto o termo “essência” quanto o termo “conceito” têm significados diferentes na metafísica aristotélico-tomista, onde a essência indica a máxima generalidade, a idéia de um objeto desprovido de todas as qualidades sensíveis e específicas. O conceito é a elaboração que define um objeto na sua máxima generalidade (como, por exemplo, o homem é um animal racional).

Se voltamos ao exemplo de Latour, a pista no meio da floresta é um meio, mas é, também, uma mediação. Vejamos os dois sentidos. Como meio, ela é um instrumento, um recurso, é uma clareira na floresta, uma superfície, um caminho, uma via. Assim entendida, a pista apresenta-se nas suas qualidades aparentes, as que são imediatamente visualizadas na sua utilização (tamanho, planura ou irregularidades, adequação, etc.). Mas estas qualidades imediatamente perceptíveis não esgotam “a pista em si”. Em um sentido menos claro e menos perceptível está o processo de escolha do local da pista, os estudos fotogramétricos para sua localização, as técnicas empregadas para rasgar o seio da floresta e, em um outro nível de reflexão, a necessidade da pista, os sujeitos que a demandaram, os habitantes da floresta que souberam ou não souberam do projeto em curso, concordaram ou não concordaram com sua abertura, o significado da pista para eles e para o etnólogo, as conseqüências de todo esse processo

Neste segundo nível não estamos falando de um meio, mas de processos mais complexos, com significados diversos, dependendo dos sujeitos atuantes e da própria dinâmica dos fenômenos envolvidos na abertura e no uso da pista. Entendemos que este segundo nível de problema, que vai além da aparência da pista como meio, é o mundo das mediações, dos processos sociais (econômicos, técnicos, políticos, ambientais, científicos etc.), da essência oculta do fenômeno. São as relações articuladas que são reconstruídas em nível de conhecimento histórico, dentro de determinada totalidade social que faz parte do mundo objetivo.

O termo mediação é de uso freqüente nas análises políticas da educação. Entretanto, seu tratamento teórico ou conceitual é escasso na literatura disponível. Muitas vezes, quando é corretamente utilizado, ele pode permanecer mais em nível de intuição do que na teoria. Outras vezes, o termo mediação é utilizado com o entendimento de variáveis da pesquisa.

Mello (1982) utilizou o conceito de mediação no tratamento da questão da escola. Ela buscou explicitar o que, a seu ver, não é mediação: “Quando falo em mediação, estou significando não um conjunto teórico-hipotético a ser dedutivamente validado através da especificação de seus atributos. Estou empregando um termo para me referir a processos de fato existentes na realidade objetiva, que são as ações recíprocas, a trama de relações que ocorrem entre partes, forças, fenômenos de uma totalidade. Todavia, exatamente porque os processos aos quais a mediação se refere são extremamente dinâmicos, exatamente porque não existe o momento da mediação, mas tão somente o movimento cujos atributos, abstraídos, estou sintetizando sob o termo mediação, é difícil trabalhar esse termo enquanto categoria do pensamento, ou seja, enquanto conceito teórico cuja significação é cobrada àqueles que o empregam”. Mas, coerente com a dificuldade encontrada, a autora continua: “[...] mediação refere-se ao que está ou que acontece no meio, ou entre duas ou mais coisas separadas no tempo e/ou no espaço”. Reduzindo a mediação a meio, ela é pensada como “algo accidental”. Daí a autora considerar que “qualquer semelhança entre esse modo de entender a mediação e a chamada variável independente no paradigma experimental não é mera coincidência” (p. 24)

Entendemos que do ponto de vista teórico-metodológico, a mediação não se confunde com variável, embora “a pista no meio da floresta” possa ser tratada como uma variável ou como uma mediação dependendo da concepção do pesquisador. Diferente da variável, a mediação não é um instrumento analítico de medição quantitativa do comportamento de um fenômeno, nem a busca da relação de causa e efeito, mas, sim, é a especificidade histórica do fenômeno. A mediação situa-se no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação de sujeitos sociais.

Para Zemelman (s.d.), a diferença entre mediação e variável interveniente reside, basicamente, no fato de que as mediações supõem um processo de articulação complexa, o que não se confunde com a idéia de inclusão de fatores numa análise que, supõe-se, devem influir sobre o objeto em determinada hierarquia causal⁴. A variável interveniente não tem relação com a forma de definir o problema. Trata-se de buscar solução para uma insuficiência explicativa onde não se coloca a questão do objeto como uma totalidade, senão como um objeto isolado.

A mediação implica em uma perspectiva de análise que começa com a própria definição do objeto, e não constitui, *stricto sensu*, solução para uma relação insuficiente de causalidade, empiricamente estabelecida (ou dada por hipótese). A perspectiva teórica das mediações implica incluir “[...] como propriedades do objeto, as conexões que o determinam em situações de tempo e espaço determinado, única forma de encontrar a explicação de um objeto sem cair no esquema abstrato de uma relação mecânica e, simultaneamente, não perder de vista o significado que o objeto tem não apenas como singularidade, mas, também, como particularidade. A mediação é o passo necessário para descrever a particularidade do objeto, a relação do aparente, singular ou contingente, com o processo mais compreensivo que o determina” (p. 21).

Frigotto (1984) traz o conceito para a crítica à “teoria do capital humano”. Considera que “a inserção da educação (escolar e não escolar) no movimento global do capital, a nosso ver, existe e se dá por um processo de diferentes mediações. O vínculo não é direto pela própria natureza e especificidade da prática educativa, que não se constitui numa prática social fundamental, mas numa prática mediadora” (p. 23). Colocam-se aqui duas questões: explicitado o conceito, resta o problema metodológico de analisar uma realidade de grande generalidade, como é a prática educativa, para que ela não seja tratada apenas como um elo de ligação, mas como uma totalidade de processos sociais articulados. A segunda questão que se coloca é o caráter relativo dos conceitos de mediação e de totalidade, na medida em que cada mediação, por ser

4. As relações de causalidade revestem-se de um caráter material e estabelecem interdependências entre os fatos e os objetos, como no exemplo da teoria das quatro causas de Aristóteles: a causa formal responde pela forma vaso; a causa material é o barro de que é feito; a causa eficiente é o oleiro; a causa final é a função, carregar água. São relações de implicação e estabelecem correspondências. As relações de determinação estabelecem os limites dos nexos entre os objetos, referem-se ao movimento dialético do todo com as partes, e vice-versa.

realidade objetiva, se constitui em nova totalidade e esta, por sua vez, pode se constituir em mediação de outro nível de totalidade.

Cury (1985) situa a mediação como uma das categorias que “iluminam o fenômeno educativo”, ao lado das categorias da contradição, totalidade, reprodução e hegemonia. Dos elementos analíticos apresentados por este autor, no capítulo I de seu livro destacamos alguns aspectos, que tentam adequar o conceito de mediação ao seu universo de referência. O primeiro aspecto a destacar é sua historicidade. Isso implica a negação da ideologia dominante que, ao tratar como natural o que é histórico e como permanente o que é passageiro, reifica o real retirando-lhe o movimento e a contradição: “A história é o mundo das mediações. E a história, enquanto movimento do próprio real, implica o movimento das mediações. Assim, elas são históricas e, nesse sentido, superáveis e relativas”. Esta categoria “deve ser ao mesmo tempo relativa ao real e ao pensamento”, “rejeita relações de inclusão ou exclusão formais e expressa relações concretas, que remetem um fenômeno a outro” (p. 43-4).

Bosi (1992) trabalha com a idéia de que “a possibilidade de enraizar no passado a experiência atual de um grupo se perfaz pelas mediações simbólicas. É o gesto, o canto, a dança, o rito, a oração, a fala que evoca, a fala que invoca” (p. 15). Esta referência nos permite salientar que o conceito de mediação não se aplica apenas aos processos materiais, mas também aos fenômenos culturais e políticos. Sua especificidade não está no conteúdo da mediação, mas no processo articulado de um conjunto de relações que se estabelecem nos diversos níveis da vida humana.

A questão das mediações traz à discussão duas categorias importantes da sociabilidade humana, a liberdade e a necessidade, assim como os fins e os meios da reprodução do ser social. O trabalho tem um papel fundamental nesse processo, como relação criadora do homem com a natureza, como atividade de autodesenvolvimento físico, material e espiritual, como manifestação de vida e como realização do reino da liberdade. Mas o trabalho apresenta-se, também, nas suas formas históricas de sujeição, de servidão ou de escravidão, ou como o trabalho moderno, assalariado, flexibilizado ou desregulamentado, formas específicas da produção da existência no capitalismo (Lukács, 1978). Aos primeiros processos, Mészáros (1981) chama de mediações de primeira ordem; aos segundos, chama de mediações de segunda ordem.

Sobre esta distinção cabe a observação de que, com ela, o debate sobre as mediações passa do nível epistemológico para o nível ético-político. Mészáros retomou o conceito, mais recentemente (1995), insistindo na apropriação que o sistema do capital faz do trabalho como mediação de primeira ordem, transformando o intercâmbio do homem com a natureza para o atendimento às suas necessidades em atividades alienadas, em mediações de segunda ordem, onde separa-se o trabalhador dos meios de produção, da cultura criada no ato de produzir, dos objetos produzidos e de sua própria identidade.

O uso dos termos *meios* e *mediações* são comuns na área de comunicação. Ora toma-se um pelo outro e vice-versa, ora distingue-se o termo mediação com um signi-

ficado complexo, referido à produção. Martín-Barbero (1997) busca resgatar a densidade social dos meios de comunicação, retirando-os de uma generalidade abstrata: “O campo daquilo que denominamos *mediações* é constituído pelos dispositivos através dos quais a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida da comunidade”. E exemplifica falando de grupos indígenas: “Justamente aquilo que as comunidades indígenas produziram, ou melhor, seus modos de produzir, é convertido em veículo mediador da desagregação: deslocamento das relações entre objetos e usos, tempos e práticas” (p. 262-3, grifo do autor).

Há, entre a concepção de mediação como realidade objetiva e, portanto, objeto pertencente ao campo da ontologia, e sua concepção lógica, no campo do pensamento, saindo da lógica formal para a lógica dialética, uma dificuldade inerente à produção da ciência segundo uma concepção dialética. Para Vieira Pinto (1979), a lógica formal tradicional teria sido superada pelo próprio desenvolvimento da ciência, especialmente os estudos sobre a estrutura da matéria, as formas de comportamento dos objetos infra-sensíveis e a investigação da evolução biológica, que estendeu a períodos de tempo, dificilmente alcançáveis, a transformação da matéria viva e sua crescente organização. Conceitos novos, situados fora da lógica tradicional, regida pela concepção de causalidade linear ou mecânica, foram necessários ao tratamento dessa realidade, inclusive por sua conseqüente interferência na própria idéia de tempo – a exemplo da teoria da relatividade.

Além disso, o desvelamento dos condicionamentos históricos e sociais do conhecimento científico, assim como “a crise dos fundamentos” das ciências, teriam revelado a insuficiência do pensamento racional preso a modelos formais. Até então só havia uma única espécie de lógica, a lógica formal. Essa crise evidenciava os limites da filosofia metafísica. A lógica formal destina-se a tratar do fato observado “no círculo das correlações imediatas, e que, por isso, não precisa invocar categorias de grau superior de generalidade, tais como as de mediação, determinismo recíproco e totalidade”. Todo processo objetivo pode ser considerado “ou pelo ângulo da simples sucessão dos acontecimentos ou pelo ângulo da emergência de novos conhecimentos”. Aí situa-se a diferença fundamental entre a lógica formal e a lógica dialética e a importância da categoria da contradição (p. 175-96), que com reciprocidade, mediação e historicidade detalham o método da crítica da economia política desenvolvido por Marx.

A questão teórica das mediações estabelecidas pelas práticas sociais, como outras questões semelhantes, não mereceu tratamento formal, específico em Marx. Ela situa-se no contexto metodológico com que ele construiu sua obra. Encontramos elementos explícitos do método de investigação do materialismo histórico na *Crítica à economia política* e em *O capital*. Toda a obra de *O capital* é um exercício metodológico, partindo do conceito mais simples de mercadoria e chegando aos elementos mais concretos, às suas mediações,

como o trabalho assalariado, o capital, a troca, a divisão do trabalho etc., até alcançar à totalidade das relações capitalistas de produção.

O exemplo clássico na crítica da economia política de Marx (1977) é a questão da população: “Parece que o melhor método seria começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação atenta, apercebemo-nos de que há aqui um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc.” (p. 218).

A proposta é, aparentemente, simples. Ela é complexa na medida em que se embasa numa lógica dialética, ou seja, do movimento que remete o objeto de estudo à sua totalidade histórica e às relações que aí se estabelecem. O desafio ao pesquisador está em captar os elementos mais concretos, as objetivações reais que explicam essa totalidade não como uma noção genérica, mas como um conteúdo de natureza histórico-social. No caso da relação trabalho e educação, o desafio está em situar os elementos concretos que constituem essa mediação e que podem permitir sua explicitação e uma melhor compreensão do sentido em que se dá a mediação.

Metodologicamente, é o resgate da dimensão histórica de uma questão que deve permitir superar o nível formal da expressão pelo desvelamento dialético da realidade investigada. O conhecimento produzido vai depender da pertinência da análise de uma totalidade histórica como apreensão de suas contradições recíprocas e reconhecimento do caráter mediador dessas contradições na constituição histórica da realidade. Dessa forma, não será nunca um conhecimento acabado, mas limitado e provisório, aberto a novas apreensões e a novos reconhecimentos.

A relação trabalho e educação, enquanto objeto de pensamento, é uma categoria lógica que assinala uma determinada aproximação entre aspectos da realidade social. Do ponto de vista formal, a afirmação dessa relação nada nos diz sobre sua natureza, sua origem e seus desdobramentos. Entretanto, do ponto de vista ontológico, essa relação existe enquanto realidade objetiva, histórica, determinada dialeticamente. Sua apreensão supõe instrumentos de pensamento capazes de dar conta da complexidade dessa determinação. Como mediação, ou seja, como uma forma de objetivação da realidade social, o conhecimento da relação trabalho e educação implica no reconhecimento do caráter das relações que se estabelecem em uma determinada totalidade.

Isso não implica em uma visão relativista do conhecimento, mas na admissão da incorporação de novos elementos de compreensão ao conhecimento produzido. Trata-se de uma exigência própria da dialética do conhecimento. Na construção do conhecimento, a razão crítica deve se exercer desde a escolha dos conceitos mais gerais até as categorias particulares, históricas que devem constituir o real pensado. É a categoria da particularidade, por sua especificidade histórica, campo de mediações con-

cretas, ontológicas, que nos parece a categoria mais adequada à reconstrução histórica da relação trabalho e educação.

A mediação é, assim, a visão historicizada do objeto singular, cujo conhecimento deve ser buscado nas suas determinações mais gerais, nos seus universais, assim como ser situada no tempo e no espaço, isto é, na sua contextualização histórica. São as determinações histórico-sociais, o campo do particular, que permitem a apreensão de um objeto à luz das determinações mais gerais (Lukács, 1968).

A categoria da particularidade

O que é a categoria da particularidade? Em que consiste? Qual sua origem? Se não há na obra marxiana uma exposição sistematizada sobre o “método” como uma sucessão de etapas, não significa que esteja ausente de seu trabalho uma determinada racionalidade. Pelo contrário, a própria concepção de real sobre a qual se apóia toda sua análise dialética supõe conceitos específicos que reproduzam o real em nível de totalidade concreta pensada. Toda a sua obra se refere a uma realidade histórica, entendida como modos e formas de existência social. Expondo suas idéias sobre particularidade e mediação, Lukács (1967) enfatiza que as categorias singularidade, particularidade e generalidade não são simples “pontos de vista”, a partir dos quais “o sujeito contempla a realidade ou perspectivas que ele inclui em sua visão. Pelo contrário, são aspectos visíveis, destacados e essenciais dos objetos da realidade objetiva, de suas relações e vinculações, e sem o seu conhecimento o ser humano não pode orientar-se no mundo em torno, sem falar em dominá-lo e submetê-lo a seus fins” (p. 200).

Lukács (1968) desenvolveu um longo trabalho sobre a categoria da particularidade. No exame desta questão, a exemplo da questão da ontologia do ser social, seus fundamentos estão em Marx e em Hegel. Lukács parte de Hegel, que tenta compreender, filosoficamente, as experiências da Revolução Burguesa e encontra nelas a base de uma dialética histórica⁵. A partir daí ter-se-ia iniciado uma nova lógica de compreensão da realidade. Para Hegel, a questão das relações entre singularidade, particularidade e universalidade não é uma questão apenas, mas é a questão central, como momento determinante de todas as formas lógicas, do juízo, do conceito e do raciocínio. Preocupado com os rumos da Revolução Francesa, “Hegel crê que a tarefa da Revolução era criar um ordenamento estatal que correspondesse às relações sociais reais”. Buscando esclarecer filosoficamente esta questão, ele se depara com o problema da dialética histórico-social da universalidade e da particularidade.

Lukács resgata a análise de Hegel nos seguintes elementos: (i) Hegel considera o Estado do *Ancien Régime* como uma formação social que alimenta a pretensão de representar a sociedade como um todo (de ser universal); (ii) mas, de fato, ele servia

5. “Como é sabido, Hegel repudia, desde jovem, o jacobinismo, mas aprova os objetivos burgueses-antifeudais e a política da Revolução Francesa. Também, para Hegel, o ponto de partida é o contraste entre o real peso econômico-social do Terceiro Estado e a sua nulidade política” (Lukács, *op. cit.*: 38-39).

apenas aos interesses das camadas feudais dominantes (do ser particular); (iii) na dinâmica histórica da Revolução, manifesta-se um quadro onde o sistema social sobrevivente exerce uma tirania desonrosa para todo o povo (o universal, o interesse de todo o povo, torna-se particular, do grupo no poder); (iv) ao contrário, a classe revolucionária, a burguesia e o Terceiro Estado representam, na Revolução, o progresso social, os interesses das outras classes (o particular torna-se universal)⁶.

Considera que não obstante o envolvimento e apoio dado por Hegel à Revolução Francesa (o que Marx chamou de “ilusões heróicas”) e a transposição idealista de sua concepção filosófica, ele intuiu nessa análise a dinâmica da luta de classes – qualitativamente, a luta de um particular com outro particular, onde a classe, que empreende a emancipação geral da sociedade, parte de sua própria situação particular que é sentida e reconhecida como universal.

Para Lukács, é inegável sua importância, por ser o primeiro a fundamentar a lógica sobre a universalidade, a particularidade e a singularidade. É no campo da particularidade que situam-se as mediações, determinações sociais que permitem ir do singular ao universal, não como objeto genérico, abstrato, mas na sua essência, na concretização (pensado concreto) de suas múltiplas relações, como ser histórico-social. O idealismo objetivo de Hegel, cujos limites estão na identidade sujeito-objeto, *ipso facto*, rejeita a possibilidade de uma realidade independente da consciência. Não obstante, Hegel é o primeiro pensador a colocar, como a questão central da lógica, as relações entre singularidade, particularidade e universalidade, além das “tentativas de compreender filosoficamente as experiências da Revolução Burguesa de sua época, de encontrar nelas a base para a existência de uma dialética histórica, para iniciar a partir daí a construção de uma lógica de um novo tipo”.

Fazendo a crítica do idealismo de Hegel, mas ao mesmo tempo resgatando o fundamento real de suas categorias, observa que “[...] as categorias que deste modo vêm em primeiro plano (portanto, para nós, novamente a particularidade) não são formas lógicas primárias que, de algum modo, se aplicam à realidade, mas, sim, reflexos de situações objetivas na natureza e na sociedade, que devem ser confirmadas na práxis humana, a fim de se tornarem – através de um posterior processo de abstração, que todavia jamais deve perder o contato com a realidade e a práxis objetiva – categorias lógicas. Por isso, nós podemos compreender e entender com justeza a real crítica de Marx a Hegel tão somente na sua análise e representação concreta do próprio mundo objetivo. Não se trata apenas de um material mais rico, mas precisamente a essência

6. “Hegel transpõe aqui em termos filosóficos as situações sociais e as idéias políticas que as exprimem. Todavia esta transposição na abstratividade lógica é uma concreta generalização dos motivos reais e essenciais da Revolução Francesa. Não apenas uma generalização dos pensamentos de importantes atores da Revolução, mas também daquela objetiva situação ideológica socialmente condicionada. [...] Para situar melhor este texto no pensamento de Hegel, é preciso não esquecer que, em Hegel, a história é feita pelo Espírito que sai de si, se exterioriza, se aliena e volta para si mesmo e, pela reflexão, se reconhece e cria uma síntese que já nasce cindida e repete o mesmo movimento, o em-si, para-si, a síntese outra vez” (*id.*: 40).

das categorias aparece, como reflexo da realidade que lhes corresponde, em uma clareza e concreticidade qualitativamente diversas” (*id.*, *ibid.*: 75).

Algumas questões de método são fundamentais para Lukács. A primeira destas questões é o movimento do abstrato para o concreto pensado, onde, partindo-se do concreto figurado (como a população), o conhecimento supõe que se passe a “abstrações mais delicadas”, até atingirmos as determinações mais simples, a rica totalidade de determinações e de relações numerosas (e não apenas a representação aparente do todo). Para Marx, este é o método científico correto.

Para Chasin (1982), o método científico-filosófico é o caminho da descoberta do concreto, é o caminho da máxima concretude, da máxima generalidade, isto é, o objeto real reproduzido num universo conceitual da verdade historicizada, relativizada no seu grau de apreensão. O universal abstrato é a retenção de *manchas* comuns a vários objetos, como no caso de população. O universal concreto é a articulação do que há de idêntico e de diferente num objeto em relação a outros objetos, reproduzido conceitualmente, portanto, de acordo com suas múltiplas determinações.

A segunda questão que pode ser distinguida no método é a da “anterioridade do real concreto”, onde fica delineada, crítica e metodologicamente, a base da inversão materialista: “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto, igualmente, o ponto de partida da observação imediata e da representação” (Marx, 1977: 228-30).

Um terceiro aspecto é a existência de categorias e de sua relação com a realidade. As categorias não são puras abstrações ou simples classificações, isto é, não são noções despojadas dos aspectos diversificados do real na sua concretude histórica. As categorias são concretos de pensamento gerados sobre a realidade objetiva e diversificada, são mediações ontológicas da totalidade social, construídas na sua particularidade histórica. De outra parte, assim como o real é diversificado e em movimento, a produção das categorias e sua apreensão pelo homem se faz num tempo histórico que reflete a diversidade e o movimento (tempo e espaço). Compreende-se, assim, como novas palavras são criadas, novas denominações aparecem para os novos fenômenos que surgem. A compreensão insuficiente de um fenômeno leva à elaboração preliminar de noções ainda imprecisas no seu significado e na apreensão da complexidade dos fenômenos (exemplos recentes na área são os termos globalização, reestruturação produtiva, flexibilização das relações de trabalho). Por isso, as categorias elaboradas são diferenciadas na sua concretude, isto é, na sua concretização histórica como formas de apreensão do real.

Se a generalidade é a primeira especificação das categorias simples, das abstrações mais gerais, a historicidade é, certamente, a que lhe segue. É a historicidade do particular, campo de mediações concretas, ontológicas que assegura validade à generalidade do conceito. Fora do campo histórico, específico, de sua produção,

o conceito é uma expressão vazia, nominal, metafísica, que perde o conteúdo e o contato com a realidade.

Konder observa que a utilização da categoria da particularidade requer alguns cuidados. Supõe que se explicita que, embora, em sua longa exposição sobre o tema, Lukács utilize, abundantemente, exemplos da história (inclusive remetendo-os à obra de Marx), o objetivo maior de seu trabalho é a estética, a arte. A aplicação da categoria da particularidade ao campo das ciências sociais como faz Chasin (1982) seria, assim, um desdobramento criativo de um conceito muito fecundo mas, originalmente, desenvolvido no campo da estética⁷. De outra parte, acrescenta Konder, este enfoque pode representar um caminho fecundo para enfrentar a questão das mediações fugindo de uma universalidade hegeliana muito abstrata e, também, não naufragando na singularidade, no empirismo do objeto isolado, singular. Embora seja um caminho, a lógica da particularidade deve ser utilizada não perdendo de vista que Lukács não parece ter lhe atribuído, nas ciências sociais, o mesmo alcance de sua utilização na arte (Konder, 1989).

Lukács considera “a particularidade como categoria central do estético. Pois o centro preenchido ou ocupado pela obra-de-arte, em sua função produtora de uma síntese harmoniosa entre a subjetividade e a objetividade, entre a aparência e a essência, evidencia que, na particularidade, devem ser superadas tanto a singularidade como a generalidade”. Consideramos legítima a apropriação do conceito de particularidade na ciência da história na medida em que Lukács insiste na historicidade da obra-de-arte, e a particularidade é o campo onde se efetuam as ações humanas, sempre submetidas ao tempo e ao espaço.

Diz o autor: “Recordemos que a obra-de-arte é inevitavelmente histórica, precisamente no seu modo original de validade, diferente das proposições científicas que se orientam para transformar o em-si da realidade em um correto para-nós, nas quais as circunstâncias genéticas concretas, a cronologia etc., de sua formulação são de importância totalmente secundária e acessória para sua validade científica. [...] Ao contrário, no âmbito da arte, toda formação permanece vinculada em todos os seus momentos essenciais ao instante histórico de seu nascimento”. E conclui dando o exemplo de uma natureza morta de Chardin, ou um quadro de Courbet ou de Cézanne, onde se pode ler “nos frutos pintados ou no vaso as transformações históricas da cotidianidade burguesa ao longo dos séculos” (1967: 236-7). A particularidade é, portanto, uma categoria historicizante que permite compreender, também, outros fatos, acontecimentos ou aspectos da vida social.

7. Para Lukács, na ciência, a categoria central é a da universalidade, porque “a ciência procura captar e reproduzir conceitualmente o em-si da realidade objetiva, aquilo que caracteriza a sua essência e que existe independentemente da consciência humana”. Na arte, a categoria central é a particularidade. “A arte, como a ciência, também reflete o em-si da realidade, mas somente enquanto referido diretamente ao homem, ao destino concreto dos homens vivendo no mundo próprio figurado pelo artista” (Frederico, 1997: 60-1).

O particular é o campo das mediações. Os “particulares” não são pólos, são campo, campo de determinações. O caminho que vai do singular ao universal é transversal e se realiza no universal ou no particular, isto é, exige a universalização a partir do singular e a concreção a partir do universal, embora os dois momentos sejam de concreção num movimento dialético de progressiva compreensão do real. “Em síntese, se a ontologia pretendida é o estudo do ser concreto existente, a categoria da particularidade é o acesso a ele, na exata medida em que ela é um *campo de mediações*: mediações enquanto cadeia viva entre a singularidade e a universalidade, e mediações enquanto especificadora dos elementos estruturais do compósito-concreto considerado” (Chasin, *op. cit.*: 59).

As obras de Marx exemplificam o uso da categoria da particularidade, tais como o *18 Brumário*, a *Contribuição à crítica da economia política* e *O capital*. Para Labastida (1983), o *18 Brumário* de Marx é “um modelo de obra histórica, no qual ele utiliza, de modo cabal, um conjunto de determinações abstratas para explicar situações específicas”, embora seu concreto real possua uma extensão menos universal do que o que ele tenta reproduzir em *O capital* (p. 172-3). A crítica do universal ou da “produção em geral” ocupa lugar central na obra marxiana, pelo seu papel na crítica ao capitalismo. *O capital* não é uma obra de generalidades ou de abstrações desprovidas de referenciais empírico-concretos. Pelo contrário, trata-se de uma obra onde a história dos homens, a construção da realidade é que dá forma aos conceitos.

Esta universalidade do conceito na sua generalidade, mediada pela particularidade de sua concretização em uma realidade social, específica, que não pode ser abstraída no nível conceitual, é o fundamento de todo conhecimento que se pretende científico, isto é, construído como totalidade histórico-social. É da própria realidade, das condições estruturais e suas transformações históricas que a ciência deve extrair as leis que abracem a universalidade do processo, mas de tal modo que deste conjunto de leis se possa voltar, através de múltiplas mediações, aos fatos singulares da vida.

Para Lukács “o singular adquire o caráter de universalidade mediada (particularidade)” (*op. cit.*: 94). No início de *O capital*, Marx anuncia uma lei sobre as massas de valor e mais-valia produzidos por capitais distintos e vai buscando as mediações que permitem compreender essa lei em nível de concreção. Para tanto, constrói outra série de conceitos, mais concretos, menos simples, mais complexos, como os de composição orgânica, rotação de capital, tendência decrescente da taxa de lucro, etc. Nos *Grundrisse* ele assinala que os economistas modernos concebem as relações sociais como “eternas e harmoniosas”, porque concebem a produção na sua generalidade abstrata, isto é, abstraindo seus elementos específicos.

Chasin chama a atenção para o fato de que a eliminação da categoria lógica da particularidade, no plano lógico-conceitual, conduz à eliminação das classes no plano social quando se reitera uma concepção genérica de indivíduo e de humanidade. Nesse sentido é que o pensamento marxiano é uma intensa polêmica. Na medida em que a história, a sociedade e a economia são apresentadas como um processo com unidade

indissolúvel, instaura-se a oposição à sua dissociação mental, instaura-se o conflito diante do artifício da unilateralidade das análises, contra a exclusão das mediações reais econômicas e sociais e suas contradições. A polêmica não ocorre apenas no nível especulativo. Ela radica-se na prática, na ocupação dos espaços sociais. Mas estes são, justamente, os fundamentos ontológico-políticos que são negados e mistificados.

A análise da categoria trabalho se universaliza e se particulariza nos diferentes aspectos analisados nos *Grundrisse* e em *O capital*. A análise da produção das categorias mostra que o trabalho, aparentemente uma idéia, uma categoria muito simples, tira a sua universalidade mais rica da diversificação dos tipos de trabalhos sociais, de suas particularidades históricas. Outros exemplos dessas categorias são colhidos por Lukács, na análise do caráter contraditório das mercadorias, sobre o desenvolvimento dos meios de troca, sobre o dinheiro (*op. cit.*: 94-5). Mas o fundamental, nos parece, talvez não sejam os exemplos, mas o reconhecimento da lógica implícita da obra marxiana, lógica que vai se explicitando ao longo de sua vasta obra e dando forma à filosofia da práxis, a uma nova concepção de ciência e, principalmente, de sociedade humana.

Do ponto de vista metodológico, a categoria da particularidade vai nos permitir retirar a relação trabalho e educação de sua generalidade e apreendê-la, enquanto mediação privilegiada de um processo em curso na sociedade, nas diversas conjunturas histórico-sociais. Em outros termos, retirá-la de sua abstratividade lógica, genérica e buscar as formas sociais concretas de sua realização histórica.

Considerações finais

Este trabalho nasceu da necessidade de ir além da compreensão da relação trabalho e educação no seu sentido filosófico nominal, e apreendê-la nas suas formas empíricas, sem perder a generalidade implícita nesse processo. Mas pela sua densidade teórica, mediação e particularidade, são conceitos que se aplicam aos demais fenômenos sociais. Pela dificuldade de lidar com o conceito, por desconhecimento ou por diferente visão teórica da relação trabalho e educação, são escassas as pesquisas na área que lidam explicitamente com a questão das mediações. Nosso objetivo neste texto foi avançar no aprofundamento do conceito e contribuir para sua clareza operacional.

A relação trabalho e educação, tratada sob a lógica das mediações, é atravessada pelas categorias de tempo, espaço e sujeito social. Este fato foi decisivo para viabilizar nossos estudos na área. Ao sair de uma visão genérica (formação profissional, ensino técnico, formação de trabalhadores), ou deixando de ser apenas um objeto empírico, singular (como por exemplo, a Lei n. 5.692, uma lei de determinação da escola, a rede de escolas técnicas etc.), esses fenômenos saem de sua singularidade para serem analisados à luz dos processos sociais que os produziram (determinada conjuntura econômico-política no início dos anos 70, as políticas educacionais dos governos militares, o novo sindicalismo nos anos 80 etc.). Eles deixam de ser apenas fatos isolados, quantificáveis (como seriam em uma visão positivista de ciência), para serem apreendidos além da aparência, em sua particularidade histórica,

qualitativa e quantitativamente, como processos sociais complexos, situados em determinado tempo e local.

Neste percurso, buscamos destacar três aspectos: primeiro, não entendemos a relação trabalho e educação apenas como uma relação lógica ou nominal. Trata-se, sim, de uma relação ontológica, isto é, constituída entre seres que têm uma existência social, objetiva, exterior à sua representação. Segundo, não buscamos defini-la como um relacionamento geral e abstrato, uma categoria genérica, válida universalmente. Pelo contrário, buscamos reconstruir historicamente (pelo seu movimento, como união de contrários e em situação de reciprocidade), como determinados objetos constituem um campo de mediações particulares. Terceiro, é o conceito de totalidade que nos permite abordar o tema das relações entre as partes, ou dos objetos reais e dos sujeitos sociais envolvidos em relação dialética, constituindo uma totalidade social.

O tema é tratado, em um primeiro momento, do ponto de vista epistemológico, concebendo-se a verdade como uma aproximação da realidade, como uma reconstrução histórica em nível do concreto pensado. O que tem por base a história como processo, como produção social da existência humana, em transformação sob a ação dos sujeitos sociais. Tem, também, por base, a história como método, o que implica a busca das articulações que explicam os nexos e significados do real e levam à construção de totalidades sociais, relativas a determinados objetos de estudo. Nesta concepção, o objeto singular é visto à luz de sua gênese nos processos sociais mais amplos, localizados no tempo e no espaço. Trabalhamos com a noção de tempos múltiplos de Braudel, que permite a aproximação com outros procedimentos das ciências sociais, com a simultaneidade e a interdependência entre os eventos humanos, com as estruturas como totalidades sociais dinâmicas, abertas à transformação.

Metodologicamente, os conceitos de mediação e de particularidade permitem a passagem da visão do objeto empírico, singular, à luz dos conceitos gerais, dos universais que constituem a linguagem, as formas de comunicação e toda a gama de noções, categorias e conceitos com que pensamos. As mediações não são apenas meios, como freqüentemente o termo é usado na linguagem comum e, também, no discurso acadêmico. Os meios são instrumentos, são elos, pontos de ligação. Vistos sob o conceito de mediação, os objetos revelam-se como processos sociais complexos, com significados diversos, dependendo dos sujeitos atuantes e da dinâmica dos fenômenos envolvidos.

É no campo da particularidade que se situam as mediações. É o campo da história, do conhecimento dos objetos em determinado tempo e lugar, como produção humana. Sua concepção original está em Hegel a partir da análise da dinâmica dos interesses, particulares ou gerais, das classes sociais durante a Revolução Francesa. Mas seu aprofundamento, na visão marxista, está em Lukács, que o utiliza nos estudos sobre estética e a obra-de-arte, onde a particularidade é considerada a categoria central. É uma categoria historicizante, como exemplificam as obras de Marx. A universalidade do conceito na sua generalidade, mediada pela particularidade de sua concreti-

zação em uma realidade social, específica, que não pode ser abstraída no nível conceitual, é o fundamento de todo conhecimento que se pretende construído como totalidade histórico-social. A categoria mediação permite trabalhar com a singularidade empírica, com o local, com o tempo breve dos acontecimentos, não como objetos individuais, isolados, mas na sua articulação com o contexto, com a cultura, com o mundo do qual fazem parte.

Referências bibliográficas

- BORNHEIM, G.A. *Dialética: teoria e práxis*. Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- BOSI, E. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BRAUDEL, F. A longa duração. In: *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1982.
- CARDOSO, C.F. *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CARDOSO, C.F. e BRIGNOLI, H.P. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- CHASIN, J.L. Vivência e reflexão da particularidade. *Ensaio*, São Paulo, IV (19): 55-69, 1982.
- CURY, C.R.J. *Educação e contradição*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
- EAGLETON, T. *Las ilusiones del posmodernismo*. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- FRANCO, M.C. *O trabalho como princípio educativo – Uma investigação teórico-metodológica (1930-1960)*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1990. Tese de doutorado.
- FREDERICO, C. *Lukács: um clássico do século XX*. Rio de Janeiro: Moderna, 1997.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva – Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 1984.
- KONDER, L. Entrevistas de 25 de abril e de 2 de junho de 1989.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LABASTIDA, J. O objeto da história – Nova escrita. *Ensaio*, São Paulo, 5 (11/12): 161-175, 1983, p. 172-3.
- LATOURETTE, B. Os filtros da realidade. *Folha de S. Paulo*, 4 de janeiro de 1998.
- LUKÁCS, G. *Estética*. I. La peculiaridad de lo estético. 4. Cuestiones liminares de lo estético. Barcelona: Grijalbo, 1967.
- . *Introdução a uma estética marxista – Sobre a categoria de particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- . As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, (4): 1-18, 1978

- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- . *El método em la economía política*. México: Grijalbo, 1971.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã* (Feuerbach). 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MELLO, G.N. de. *Magistério de 1º grau – Da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- . *Beyond capital* (Towards a theory of transition). Londres: Merlin Press, 1995.
- ODALIA, N. O tempo e a história. *Tempo Brasileiro*, Revista de Cultura, Rio de Janeiro, (7): 53-70, 1965.
- PINTO, Á.V. *Ciência e existência – Problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- VILAR, P. Marx e a história. In: HOBSBAWM, E.J. *História do marxismo*. I. O marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ZEMELMAN, Hugo. *Uso crítico de la teoría – En torno a las funciones de la mediación*. México: UNU/El Colegio de México, 1987.
- . (Sobre las mediaciones). El Colegio de México, C.E.S., s.d., p. 21. Mimeo.
- . Problemas de pesquisa. Palestra. Curso de Pós-Graduação em Educação – Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

Identidade, cultura e globalização*

Muniz Sodré**

Vejo a questão da identidade como o lugar em que se tem e onde se faz a interseção do problema do sujeito com as identificações a que somos obrigados, que somos levados a assumir quotidianamente na vida social e, também, com o sujeito na técnica e na ciência. Aqui vou me perguntar, vou reiterar a questão “que ser humano sou eu”? É uma questão que retorna com vigor novo no movimento dito de globalização. Quer dizer: uma questão que retorna no bojo das discriminações quotidianas, aqui e na Europa, de imigrantes, de excluídos de uma maneira geral. Mas é igualmente certo que um comentário dessa ordem – que sujeito sou eu, que sujeito humano sou eu – apesar do recrudescimento do racismo e das múltiplas formas de discriminação social no final do século XX, é possível que essa questão possa ser taxada de mero antropossociologismo. Por exemplo, possa ser uma questão rejeitada como tema significativo para um pensamento profundo. Porque, para um determinado tipo de reflexão filosófica, atualmente em curso na Europa, as diferenças culturais, o outro concreto, o sujeito exótico, não têm grande interesse para o pensamento.

Eu cito o francês Alain Badiou. Discutindo a questão da ética em *A ética: ensaio sobre a consciência do mal*, ele vê nessas diferenças culturais “apenas a evidente multiplicidade infinita da espécie humana, que é tão flagrante entre mim e meu primo de Lyon, quanto entre a comunidade xiíta do Iraque e os gordos cowboys do Texas”. Badiou está dizendo aí o seguinte: o culturalismo contemporâneo implica num rebaixamento objetivo da ética. Quer dizer, seria uma mera fascinação pelo múltiplo dos costumes, das crenças. E a consequência ético-social de tudo isso seria a coexistência tranqüila ou a tolerância entre as comunidades culturais, religiosas etc.

Nesse tipo de argumentação, a verdadeira questão não está no outro, excluído, mas no reconhecimento do mesmo. Isto significa que o problema maior para o pensamento

* Este texto tem por base as conferências proferidas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Federal Fluminense, Niterói, no decorrer de 1997. Algumas idéias deste texto foram desenvolvidas no livro do autor *Claros e escuros – Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

** Professor titular da Escola de Comunicação e Diretor do Centro de Teoria da Comunicação e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.